



1. Arquiteto, doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Sheffield, professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas, Técnico em preservação do Iphan-MG.



AS CIDADES E O PATRIMÔNIO CULTURAL

CITIES AND CULTURAL HERITAGE

Altino Barbosa Caldeira¹

Resumo

Este artigo enfatiza a origem dos assentamentos urbanos e a construção de uma paisagem cultural baseada na diversidade das manifestações sociais, econômicas e políticas ocorridas ao longo da história do Brasil. Os diferentes contextos em que as moradias foram inseridas são analisados, para avaliar possibilidades e buscar soluções para estas questões. O trabalho ressalta a importância do registro dos bens culturais na construção de uma identidade social brasileira e reflete sobre a natureza das favelas, buscando um equilíbrio entre paisagem cultural resultante e o cotidiano da vida urbana.

Palavras-chave: Assentamentos urbanos; Paisagem cultural; Favelas.

Abstract

This article emphasizes the origin of urban settlements and the creation of a cultural landscape based on the diversity and complexity of social, economic and political manifestations along Brazilian history. The various contexts in which the dwellings have been inserted are analyzed in order to evaluate possibilities and search for solutions. The study highlights the importance of recording cultural assets in the creation of a Brazilian social identity. It also considers the nature of "*favelas*" (Brazilian slums) in search of a balance between the resulting cultural landscape and urban daily life.

Key words: Urban settlements; Cultural landscape; Brazilian slums.

As primeiras moradas

Os nossos ancestrais organizaram sua morada mais antiga em grutas e cavernas. Muito antes da formação das cidades, era nos ambientes naturais, que propiciavam segurança e algum conforto contra as intempéries, que eles se agrupavam e conviviam em pequenas comunidades, alimentando-se da caça e da pesca ou da extração de víveres fornecidos pela natureza ao redor. Muito pouco ainda se sabe sobre o Brasil anterior à chegada dos portugueses. Os habitantes nativos não eram construtores de impérios, como os Incas, os Maias e os Astecas, das outras regiões da América. Os indígenas brasileiros viviam em tribos e seus assentamentos espalhados pelo território demonstram que o seu estilo de vida era, geralmente, nômade.

Viviam em aldeias, as suas malocas eram às vezes tão grandes que se podiam nelas morar mais de seiscentas pessoas e cada tribo bastava-se a si mesma, sabendo fazer de tudo o que necessitavam para a sua sobrevivência. O seu mundo material e imaterial se confundia, a realidade e o sonho se entrecruzavam na relação entre a natureza real e a fantasia, criada pelas manifestações do espírito. (RIBEIRO, 1995)

Em Minas Gerais, o Estado brasileiro que abriga um dos mais significativos acervos do patrimônio cultural do Brasil, encontram-se em curso pesquisas que identificam e registram, por meio das novas tecnologias, a herança material e imaterial² deixada tanto pelos seus habitantes mais antigos quanto pelas últimas gerações. Entre os bens culturais mais antigos, onde foi reconhecida a presença do homem pré-histórico, encontra-se a Lapa de Cerca Grande, situada no município de Matosinhos, próximo a Belo Horizonte. Esse maciço, recortado por inúmeras cavernas, é tombado como um sítio arqueológico pelo Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Figura 1).

Estima-se existirem cerca de 20.000 sítios arqueológicos pré-coloniais em nosso Estado, dos quais cerca de 800 são registrados no Iphan. Um mapeamento preciso desses sítios está sendo conduzido pelo Programa de pós-graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas e nos revelará, em breve, a existência de muitos outros sítios ainda desconhecidos, com características semelhantes (DELFORGE, 2008).

Diversidade e território

Desde os primeiros séculos de colonização, diferentes **etnias** têm contribuído para criar o biótipo brasileiro. Os povos indígenas dominados pelo colonizador tomaram parte no processo de miscigenação, assim como aconteceu com os negros que vieram da África e que chegaram ao Brasil, como escravos, a partir de 1538. Os negros são mais numerosos nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Minas Gerais. A população negra, incluindo os pardos, formava quase metade da população brasileira, de acordo com o censo de 1990. A região Sul, por outro lado, que adquiriu os mais recentes imigrantes, é predominantemente branca. Os europeus, em sua maioria portugueses, mas também italianos, alemães e espanhóis, têm vindo para o Brasil desde o início da

2. Os 220 bens materiais tombados encontram-se dispersos em 47 diferentes municípios de nosso Estado. As informações sobre eles estão reunidas no Atlas Digital dos Bens tombados pelo Iphan em Minas Gerais (ABREU; CALDEIRA, 2007). O levantamento e registro do patrimônio imaterial, que trata do saber e do fazer atribuído a diversas gerações, também vêm sendo feitos pelo Iphan e outras instituições de pesquisa, de modo a permitir sua difusão e proteção.



colonização. Também árabes e japoneses chegaram durante os períodos posteriores do desenvolvimento, para criar uma mistura étnica que resultou na composição da população de hoje. A soma de diferentes etnias convergiu para a formação de uma sociedade macroétnica que, apesar de sua pluralidade, comporta-se como uma unidade (CALDEIRA, 1997). Embora, a partir de 1900, o Brasil tenha recebido mais de 4.000.000 de imigrantes, a imigração diminuiu. Durante o século XX, o maior número de imigrantes foi de italianos, mas, recentemente, a maioria tem vindo de Portugal e dos Estados Unidos. O crescimento da população brasileira tem sido fenomenal e, de acordo com o censo do ano 2000, tínhamos distribuídos, desigualmente pelos 8.000.000 km², uma população de quase 170.000.000 de habitantes. Pesquisa realizada no site do IBGE revela também que, se em 1991, 75,6% da população residia em áreas urbanas, em 2000 a taxa de urbanização passou para 81%. Em termos práticos, podemos afirmar que as pessoas estão se mudando das áreas rurais para as urbanas. A falta de planejamento para absorver essa grande tendência da contemporaneidade, transforma a cidade em um espaço sem lugares.

À margem dos territórios que têm sido interpretados como expressão de identidades claramente contrastadas e bem definidas, a experiência social contemporânea tem propiciado a formação de lugares sociais efêmeros, particularmente no bojo dos conflitos e das sociabilidades que se constituem nas praças e nas ruas das chamadas "megacidades" (ARANTES, 1994)

Assim, a favelização é um produto dessa ausência de lugar, em seu sentido mais amplo, um não-lugar em todos os sentidos, onde o equilíbrio entre o indivíduo e o ambiente com o qual ele compartilha a sua existência é instável.

Figura 1 • Lapa da Cerca Grande, situada no município de Matosinhos, MG (desenho do autor).

O influxo de pessoas vindas das áreas rurais para as cidades tem sido um dos piores problemas do Brasil. O rápido crescimento e a concentração da população nas áreas urbanas significam que as facilidades como escolas, cuidados médicos, acomodações, energia elétrica, transporte e comunicações, que já são inadequados para atender à necessidade da população existente, tornam-se mais precárias. Apesar de sabermos da importância do planejamento, exercer essa atividade na organização das cidades é uma tarefa das mais difíceis, pois é como lidar com uma abstração que depende de muitas variáveis para que se possa viabilizar o objetivo. Como afirma Jane Jacobs, ao lidarmos com as cidades, estamos lidando com a vida em seu aspecto mais complexo e intenso (JACOBS, 2007, p. 415). Ela reforça a importância da arte para ajudar a explicar a vida para nós, para nos assegurarmos de nossa humanidade e para podermos entender e utilizar melhor as estratégias de desenho urbano, essenciais para a reconstrução dos espaços citadinos.

O patrimônio cultural

O patrimônio cultural brasileiro vem sendo objeto de identificação e registro oficial desde 1937, com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan.³ Pela legislação em vigor, os modos de criar, fazer e viver dessas comunidades, incluindo as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, bem como as culturas populares, afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional devem ser protegidos por fazerem referência à nossa identidade enquanto nação. Em vista disso, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, assim como as criações derivadas da ciência, da arte e da tecnologia, deverão ser apoiados, incentivados, valorizados e difundidos como manifestações culturais.⁴ Entre os artefatos de valor arquitetônico, urbanístico e paisagístico, encontram-se as cidades brasileiras que tem relação direta com a formação dessa cultura e que presentificam referências e símbolos da nossa história.

As cidades são hoje objeto de estudos específicos sobre a sua diversidade social e cultural, sendo analisadas de acordo com as singularidades de seus espaços. Cabe às diversas disciplinas, como as ciências sociais, a arquitetura e a antropologia, compreender os fenômenos relativos a essas manifestações, os problemas da exclusão social e as desigualdades decorrentes dessa diversidade. Nesse campo, o resgate da memória urbana busca o entendimento dos significados do processo de desenvolvimento e abre espaço para uma reflexão sobre a natureza dos lugares e suas possibilidades abrangentes de uso. Por meio de tombamentos e proteção dos conjuntos urbanos, pretende-se chegar a um equilíbrio entre as questões que valorizam a memória, colocando-a em sintonia com o tempo presente. O processo de conhecimento das origens e desenvolvimento das áreas urbanas, manifestado através de patrimônio cultural, pode nos ajudar a alcançar soluções sobre o seu futuro, na expectativa de se alterar a rota dos problemas enfrentados com a pobreza e as desigualdades sociais.

3. O atual Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

4. Artigos 215 e 216 da Constituição Federal, Seção II, da Cultura, de 5 de outubro de 1988.

Organização urbana e conhecimento

A Constituição Federal estabelece que o poder público, com a colaboração da comunidade, deverá promover e proteger os sítios urbanos por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, além de outras formas de acautelamento e preservação. Entre os desafios definidos acima, o mais difícil de todos é garantir às comunidades que vivem nas cidades o acesso ao conhecimento que lhes dará o sentido de valor por meio do qual poderão usufruir, compreender e respeitar o patrimônio cultural que é de todos, e do qual cada um faz parte como indivíduo e como ser coletivo. O primeiro passo para a valorização da cultura nacional é, portanto, conhecer quem somos e de onde viemos. Um povo educado e saudável é condição fundamental para o reconhecimento da cultura nacional e do ambiente como extensão de sua própria pele, possibilitando um conjunto de bens e práticas que identificam um grupo como sociedade ou lugar de cumplicidade social. Segundo Canclini (1994, p. 96), "se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se o estude, também, como espaço de luta material e simbólica entre as classes, etnias e os grupos".

As soluções enfrentadas para a organização da vida social devem se afirmar através de valores e normas culturais que se desenvolvem no espaço do cotidiano. Pressupõe-se que o espaço urbano reflete as estruturas sociais que se traduzem em forma de territorialidade. A apropriação dos locais de moradia por parte das diversas formas e modos de agir e de se comportar na organização de uma cultura plural passa, necessariamente, pela articulação política que deve promover o intercâmbio entre as diversas identidades sociais. Estudos que buscam soluções para o problema do equilíbrio entre cultura e sociedade indicam a necessidade de uma contínua adaptação da expansão urbana às estratégias de controle e planejamento, procurando-se estabelecer harmonia e equilíbrio nessa ocupação.

Isso se evidencia pela distribuição equitativa de recursos de infraestrutura, que incluem trabalho e produção. No Brasil, em geral, e no Estado de Minas Gerais, em particular, existe um desequilíbrio muito forte entre as áreas urbanas e as comunidades rurais. Várias regiões do Estado apresentam quadros sociais com profundas desigualdades. O índice da população pobre, associado à proporção de indivíduos com renda domiciliar per capita muito baixa, mede o desequilíbrio da distribuição de renda. Em vista disso, as cidades que oferecem mais oportunidades, como as cidades-polo e os grandes centros, tendem a aumentar a população das favelas, agravando o espaço e o desenvolvimento, em todos os níveis. Deve-se, portanto, promover a igualdade de condições sociais por meio da geração de emprego e renda, da promoção e difusão de tecnologias de produção e gestão no sentido de se promover a qualificação da mão de obra regional e a elevação do índice de desenvolvimento humano. O reequilíbrio das condições de desenvolvimento regionais, evitando o êxodo da zona rural para as cidades, deve ser prioridade das políticas públicas, por meio do fomento às atividades agropastoris na pequena e média propriedade rural.

Os modelos de construção das cidades no Brasil

As primeiras construções feitas no Brasil, após 1500, seguiram as mesmas técnicas empregadas pelos indígenas. As melhorias na qualidade das construções só tiveram lugar com o estabelecimento da primeira capital, em Salvador, a partir de 1549, como centro administrativo do primeiro governo geral. Foi então que surgiram as primeiras olarias para a confecção de tijolos e telhas e as construções começaram a ser feitas a partir de planos predefinidos. Antes disso, já haviam sido construídos alguns fortes utilizando-se a pedra e sedes de fazendas com estruturas em madeira e vedações em barro, como demonstram as pinturas de Franz Post em áreas do Nordeste. A exploração da cana-de-açúcar fez surgir as primeiras vilas e arraiais no século XVII. Em função do incremento dessa economia, transformaram-se em pequenos centros de comércio no qual se incluem as cidades do litoral brasileiro, resultantes da exploração de madeira, principalmente o pau-brasil. O estabelecimento de novos assentamentos na costa e no interior, nos séculos seguintes, iria dar origem ao importante patrimônio material urbano que hoje conhecemos e que serve de referência à nossa história como marco e símbolo do nosso desenvolvimento.

As cidades brasileiras tiveram, pois, diferentes origens. Algumas, situadas no litoral, cresceram ao lado das primeiras fortalezas, cuja missão era defender o território. Uma delas tem ainda este nome, Fortaleza, a capital do Ceará. Cidades como Belém, São Luiz e Natal ainda guardam a memória dessa origem, conservando esses fortes como patrimônio de sua história. Outras tiveram seu crescimento causado pelo comércio, que se desenvolveu em torno de pontos-de-venda de madeira ou de um porto de comércio de escravos. Missões religiosas também deram origem a cidades, formadas por capelas e casas em torno do quadrado central, onde os religiosos reuniam os índios para catequizá-los. Muitas cidades se originaram de fazendas, onde se exerciam atividades diversas. Sendo quase auto-sustentáveis, essas fazendas produziam quase tudo de que necessitavam para a subsistência. Nelas havia lugar para acolher hóspedes eventuais, possuíam capela, escola, casa de engenho e, por causa do comércio representado pela venda de produtos ali produzidos incorporaram, ao longo do tempo, novas construções ao seu redor.

Já na região das Minas, a partir do final do século XVII, um pequeno acampamento de mineração tornava-se em pouco tempo um arraial, e depois vila no século XVIII. Vários destes antigos acampamentos transformaram-se nas cidades ditas “históricas” dos atuais Estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Em Goiás, os núcleos urbanos de Goiás Velho, Pilar de Goiás e Pirenópolis, em Mato Grosso, Cuiabá, em Minas Gerais, Caeté, Congonhas, Diamantina, Mariana (Figura 2), Ouro Preto (Figura 3), São João Del Rei, Serro (Figura 4), Tiradentes e Sabará.

Algumas cidades nasceram no cruzamento de estradas ou na confluência de rios. Outras foram construídas para serem cidades, como Goiânia, Belo Horizonte e Brasília. Nenhuma dessas, apesar disso, conseguiu impedir que o acaso e o imprevisto tomassem conta de sua espacialidade. O crescimento espontâneo aflora e

desenvolve-se em várias direções. Novos bairros são planejados, outros se formam à revelia da legalidade. Ao planejamento se sobrepõem a necessidade e a ausência de recursos técnicos ou econômicos. Construções nascem à margem do convencional, das leis preestabelecidas e dos modelos previstos. Centenas de construções adotam o padrão simples, manufaturado, provisório e precário, como alternativa diante das dificuldades de recursos. Enquanto, em alguns bairros, a situação é de correspondência à ordem e ao plano previamente concebido, em outros, essas medidas são apenas parcialmente consideradas e, em outros ainda, dissociadas ou totalmente indiferentes a qualquer orientação formal.

Nas cidades portuárias, seja de rio ou mar, o núcleo original se deu ao largo do atracadouro. Ali se concentraram os primeiros artefatos. Outras cidades surgiram em torno de uma pequena capela, que muitas vezes se transformava em igreja e em torno das quais as comunidades se sentiam protegidas.

As cidades mineiras e a Estrada Real

Fazendo uma releitura das vilas que deram origem às cidades do atual Estado de Minas Gerais, vemos que esses primeiros núcleos se consolidaram no século XVIII com a extração do ouro, organizando-se em rede de relações que fortaleceram a Capitania de Minas Gerais, ali ocorrendo a primeira concentração urbana do Brasil colonial. A movimentação em torno do ouro das minas gerou uma rede de estradas que interligava os principais núcleos, e estes, ao mar. As chamadas estradas reais cumpriram esse papel de ampliar a ocupação do território, permitir um comércio mais fluido entre

Figura 2 • Uma cena urbana da primeira cidade de Minas Gerais, Mariana (desenho do autor).



as vilas e cidades, ajudando a definir novos espaços de controle e fiscalização da produção. Os núcleos mineradores espalharam-se também pelas regiões de Goiás e Mato Grosso do Sul. Nessas vilas coloniais, ruas pavimentadas e chafarizes eram utilizados pela população, criando uma ordem social e política adequada às questões locais, cujos modelos foram se distanciando, pouco a pouco, dos padrões originais da metrópole lusitana. A legitimidade do sonho de independência foi ganhando força e se revelou nesse espaço, configurando-se por meio de levantes e rebeliões que começaram por alterar a relação entre a nova cultura que emergia, contrariando as regras impostas pela Coroa Portuguesa.

O século XIX, entretanto, ficou marcado pela presença da monarquia instalada no Brasil, com a vinda de D. João VI, em 1808, que abriu caminho para a legitimação da independência do Brasil, em 1822. Nesse século as cidades foram ganhando novos equipamentos diante do desafio de seu crescimento, suprindo-se de objetivos que procuravam elevá-las a patamares mais efetivos de equilíbrio na relação entre os moradores e o ambiente urbano.

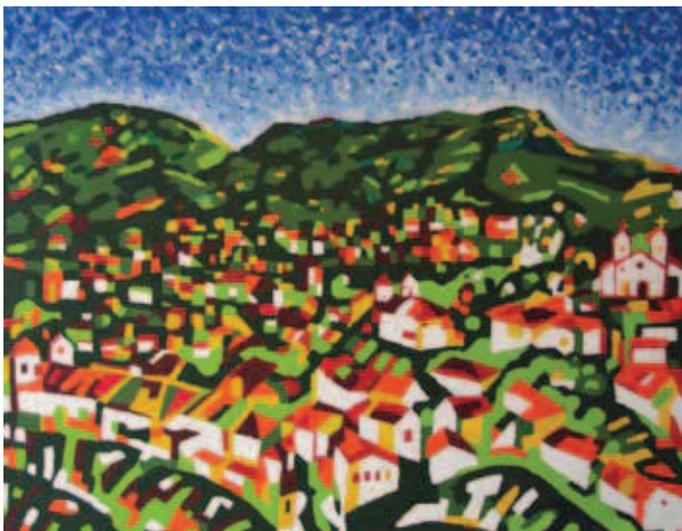


Figura 3 • Paisagem de Vila Rica, atual Ouro Preto (pintura do autor).



Figura 4 • Vista da Cidade do Serro, Minas Gerais (pintura do autor).

A Proclamação da República, em 1889, estimulou e possibilitou a transferência da capital de Minas, de Ouro Preto para Belo Horizonte, afirmando-se por meio de um novo desenho urbano que se coadunava com as expectativas de um novo país federativo. Ao final do século XIX, as cidades maiores já possuíam água canalizada, iniciou-se a implantação dos sistemas de esgotos e uma política de planejamento urbano procurava oferecer uma melhor qualidade de vida para os cidadãos, mas ainda não era capaz de atender a todos os diferentes grupos sociais, pois as ideias postas em prática ainda não eram concebidas com um olhar abrangente, capaz de atender a toda a população urbana.

As diferentes manifestações urbanas

A urbanização tomou uma forma diferenciada, em cada século, em função dos diversos modos de exploração da terra, de sua economia mais evidente, bem como das diferentes condições climáticas e dos aspectos ecológicos e topográficos de cada região. Influuiu diretamente sobre o urbanismo, também, a variada forma de contribuição introduzida por cada grupo de imigrantes e as atividades econômicas nas quais estes se engajaram. Devido à dimensão continental do território brasileiro, as formas de ocupação davam-se em função dessa diversidade cultural e territorial. Tais referências refletem-se hoje nas práticas e representações de cada grupo social.

Daí surgiram as diferentes manifestações culturais intangíveis ou imateriais, que são reflexos das formas de ser e viver dessas comunidades. Entretanto, de acordo com Rossi (1998, p. 160), é a partir da arquitetura, talvez mais do que qualquer outro ponto de vista, que se torna possível atingir uma visão globalizante da cidade e, portanto, uma compreensão de sua estrutura. Para ele, a arquitetura é muito mais do que uma construção com estilo. Ela é, também, o valor da experiência do possível, diante da necessidade do habitar. É, portanto, frente à pluralidade da cultura brasileira e de suas variadas manifestações que se encontram as imagens mais contrastantes da paisagem urbana. Enquanto na maioria das cidades do mundo os indivíduos mais pobres vivem nas periferias ou camuflados em grandes conjuntos habitacionais, afastados da vista de seus semelhantes mais bem-sucedidos, no Brasil as favelas ocupam espaços muito visíveis nas grandes cidades (Figura 5). Isso torna o problema da convivência e da necessidade de soluções mais discutido e polemizado.

Figura 5 • Imagem diurna e noturna de uma favela de Belo Horizonte, MG (fotos do autor).



O patrimônio humano

Evidenciou-se, neste artigo, que ao longo da evolução das cidades no Brasil as comunidades foram se adaptando a diversas formas de abrigo, em função de sua capacitação econômica e tecnológica, suas fraquezas e conquistas, e que isso se refletiu na feitura de suas habitações. Observou-se também que o valor de um povo enquanto nação depende do conhecimento e dos meios de usufruir desse conhecimento em benefício de sua **gestão**. Nesse caso, devemos nos apropriar dos nossos erros e de sua avaliação construtiva para produzirmos novos e seguros caminhos para todos. Isso significa pensar soluções de melhoria da qualidade urbana, assegurando a todos o direito à saúde, à educação, à moradia e ao lazer. Só assim seremos capazes de construir um mundo novo, passando das asperezas das cavernas às pequenas e dignas habitações que todos merecem ter em vida. Passando pelas habitações construídas com materiais que se encontravam à disposição na natureza para, em seguida, utilizar novos materiais e ferramentas para atender às necessidades do cotidiano, fomos nos aprimorando, diante da exigência de uma vivência coletiva.

Nas grandes cidades podemos estar cercados de muito movimento e em meio à ocupação intensa e caótica do território, fato que se relaciona à busca de proximidade com a oferta de trabalho, à vida em sociedade e à facilidade de acesso aos bens de consumo e aos serviços essenciais. As cidades, em escalas diferenciadas, oferecem essas oportunidades em diferentes graus, dependendo de seu tamanho. Entre pequenas, médias e grandes, elas comportam infraestrutura e mecanismos adaptados aos desejos e carências das comunidades que vão ali se instalando. A organização espacial e distribuição de terrenos e recursos vão depender da capacidade financeira e das possibilidades oferecidas pelos recursos de tecnologia e materiais disponíveis. No desenvolvimento e expansão das cidades os resultados dessas conquistas se manifestam em realizações concretas. Os diferentes modos de se construir, portanto, encontram-se associados às exigências, possibilidades, capacidade e métodos de cada indivíduo, mas também remetem à dimensão cultural coletiva que se manifesta ao longo do tempo no espaço físico das áreas urbanas, onde se retratam as transformações da sociedade, a diversidade das origens étnicas, as restrições econômicas, os problemas sociais enraizados na composição e nas relações interpessoais dessa sociedade. Nessa paisagem urbana pode-se observar e comprovar relações provenientes da formação multi-étnica de nossa sociedade, o nosso patrimônio humano.

Sociedades, disputa e inconformismo

As cidades são, assim, reflexos da organização social dos seus habitantes e das relações entre as atividades econômicas que as fizeram prosperar e o modo como as comunidades ocuparam esse território que lhes coube como herança de seus antepassados. Um país como o Brasil, onde, 200 anos atrás, índios, brancos, negros e mestiços conviviam de forma precária, sem um projeto definido de sociedade ou nação, o conflito de interesses era diverso e levaria a desdobramentos incontroláveis. Segundo

Laurentino Gomes (1808), há dois séculos, a unidade política e territorial do Brasil ainda era muito frágil: “Pobre, analfabeto e dependente de mão-de-obra escrava, o novo Brasil deixado por D. João ao seu filho D. Pedro I continuava anestesiado por três séculos de exploração colonial que haviam inibido a livre iniciativa e o espírito empreendedor”. Isso, segundo Gomes, pressupõe entender que os debates que antecederam a Independência, ocorrida em 1822, já anteviam os enormes desafios que o país teria de enfrentar, e que, 200 anos depois, ainda estão longe de serem resolvidos. Ao final do século XIX, o povo brasileiro já tinha convivido com um regime de servidão por quatro séculos, onde senhores e escravos, de um modo geral, não se entendiam. Com a abolição da escravatura os negros forros ficavam entregues à própria sorte, marginalizados por completo de qualquer sistema de proteção legal e social. Para Gomes, em muitos casos, a liberdade era um mergulho no oceano de pobreza composto por negros libertos, mulatos e mestiços, à margem de todas as oportunidades, incluindo educação, saúde, moradia e segurança, um problema que 120 anos depois da abolição oficial da escravidão, o Brasil ainda não conseguiu resolver.

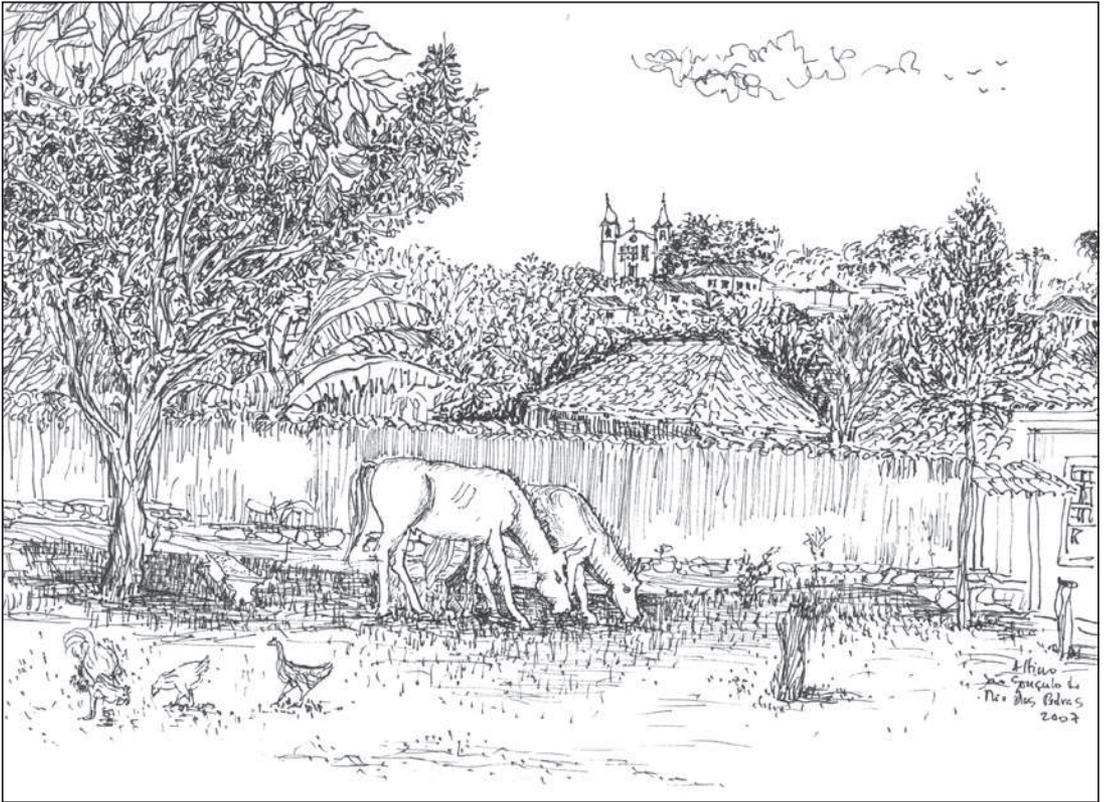


Figura 6 • Aspecto de um distrito interior de Minas (desenho do autor).

Trata-se, portanto, de problemas que devemos enfrentar investigando as raízes de nossa cultura, as nossas formas de trabalho, as diferentes identidades urbanas nascidas do confronto entre a falta de planejamento e ocupação do solo urbano ocorrida ao longo de muitos anos. O desafio dos próximos anos é compreender a situação em que se encontram nossas cidades e considerarmos as novas formas de implementação das políticas públicas previstas na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade, de 2001. Estes ins-

trumentos jurídicos podem nos auxiliar a enfrentar os problemas urbanos, analisando os diferentes processos de desenvolvimento urbano e suas implicações. Enquanto um distrito de nossa área rural apresenta a quietude própria de um pequeno núcleo urbano (Figura 6), nas grandes cidades essa quietude frequentemente desaparece, para dar lugar ao movimento incessante de pessoas e veículos, que se agitam de um lado para outro, de modo intenso. O cotidiano das grandes cidades é marcado pela sintonia com a velocidade, à qual se atribui o excesso de ansiedade de seus cidadãos, comprometidos com horários e deveres. A presença do automóvel, tão marcante na atual paisagem urbana, é ponto de conflito que não podemos deixar de considerar (Figura 7).



Frequentemente, essas atividades fazem com que o indivíduo envolvido nesse ambiente sinta como se o tempo e o espaço se comprimissem, estabelecendo-se uma relação de valor para o tempo, gerando atropelos e mais velocidade. Nas cidades os indivíduos se encontram e se perdem. A cidade é um lugar de relações entre os diversos grupos sociais, mas também do desencontro e da solidão, devido à ausência de um espaço de convivência comum, dada a amplitude de sua escala, tornando o encontro fortuito e aleatório, se não for exercida a permanente comunicação entre os seus pares. O crescimento urbano acontece de modo ordenado ou desordenado, dependendo da origem do assentamento inicial e do papel que o planejamento tem nessa ação.

Por outro lado, a qualidade do ambiente urbano é consequência do emprego de determinadas variáveis que permitem organizar o espaço. Se as variáveis concentram-se nos objetivos de crescimento, ou seja, se são buscadas soluções comprometidas com o interesse coletivo, os resultados são positivos. Se o crescimento é aleatório e descompromissado com as diretrizes de ocupação e com o meio-ambiente, as consequências são desastrosas.

A cidade ideal se constrói a partir de regras essenciais para que o equilíbrio, a harmonia e a relação do ser humano com o seu ambiente sejam marcados pela funcionalidade e praticidade das relações, onde o espaço e o fluxo gerado mantenham uma coerência, onde o consumo e os dejetos resultantes desse consumo possam manter-se constantemente nivelados. A situação de bem-estar do ser humano deve considerar a forma urbana das cidades também do ponto de vista estético, procurando-se estabelecer uma relação de equilíbrio entre esta e o funcionamento da infraestrutura, que lhe dá suporte. O resultado desta ocupação reflete a cultura de cada povo, incluindo seus modos de ser, de fazer, manifestar-se e agir.

Figura 7 • Vida urbana atual em diferentes horários, Belo Horizonte (fotos do autor).



Possibilidades e perspectivas futuras

O Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Urbano e Cooperação Internacional, realizado em setembro de 2008, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais foi organizado com o objetivo de aprofundar essa discussão. Nele se incluiu uma versão brasileira da Summer School originária do Departamento de Arquitetura e Planejamento Urbano da Universidade de Bolonha, Itália.

Sobre as questões colocadas neste artigo, o Seminário trouxe inúmeras discussões, aqui a floradas. A cidade é vista como a projeção, no ambiente físico, do conjunto de manifestações que o ser humano cria sobre a superfície de um determinado terreno. As possibilidades de uso de novas tecnologias aplicadas ao conhecimento da cidade, são objeto de estudos que vêm sendo aprofundados nos Laboratórios de Estudos Urbanos e Regionais do Programa de Pós-graduação em Geografia / Tratamento da Informação Espacial. Por sua vez, no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, os professores, por meio das disciplinas afins com o estudo das cidades e do ambiente urbano, vêm inserindo os alunos em um "trabalho integrado," em que confluem paisagem e arquitetura, convergindo sua atenção para o equilíbrio possível entre o ser humano e sua ambiência em um sentido abrangente.

Do ponto de vista técnico, os alunos puderam tomar conhecimento de como os espaços urbanos podem estar sujeitos a diagnósticos e avaliações utilizando-se equipamentos de última geração. Com estes equipamentos pode-se fazer a documentação da escritura urbana registrando-a por meio de mapas (fig. 9) e levantamentos cadastrais. As perspectivas

Figura 8 • Belo Horizonte, capital de Minas Gerais (pintura do autor).

de avanço e aprofundamento nessa forma de documentação, utilizando modelos digitais que incluem estações de trabalho a *laser*, câmeras fotográficas digitais e *softwares* de última geração, criam possibilidades de alteração e adequação de melhorias em todas as dimensões urbanas, e podem ser utilizadas em análises e propostas de requalificação de áreas carentes de infraestrutura e condições de habitação. Os investimentos feitos pelas prefeituras, utilizando o conhecimento de profissionais arquitetos e urbanistas para a realização dos planos diretores dos municípios, incluindo a melhoria do espaço urbano implicam, atualmente, em conhecimento sobre os recursos da tecnologia digital aplicadas à requalificação física destes espaços. Além disso, ressaltou-se o papel da tecnologia como forma de solucionar problemas a serem constantemente enfrentados na construção da paisagem ideal.



Referências

ABREU, João Francisco; CALDEIRA, Altino Barbosa. **Atlas digital dos bens tombados pelo IPHAN em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007.

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991. (Debates ;190)

Figura 9 • Mapa de uma cidade com sua complexidade física – Fonte: IPHAN/MG – Plano de preservação da ambiência dos monumentos históricos de Congonhas, MG, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 8 set. 2009.

CALDEIRA, Altino Barbosa. **The conservation of Historic cities and architectural heritage in Brazil, with particular reference to the state of Minas Gerais and the city of Mariana**. Thesis University of Sheffield, 1997.

CANCLINI, Nestor. Patrimônio cultural e desigualdade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, 1994.

DELFORGE, Alexandre Henrique. **A arqueologia da Estrada Real**. Belo Horizonte: PUC Minas/Fapemig, 2008.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, c2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Endereço para correspondência

Altino Barbosa Caldeira
Rua Sobral, 557 - Santa Lúcia
30360-410 - Belo Horizonte - MG - Brasil
caldeira@pucminas.br